

PLANO DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

- PLANCON –

Deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos



TERESÓPOLIS

VERSÃO: VERSÃO v.4.1

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 25/10/2021

EXEMPLAR PERTENCENTE A: _____

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 DOCUMENTO DE APROVAÇÃO.....	4
1.2 PÁGINA DE ASSINATURAS.....	5
1.3 REGISTRO DE ALTERAÇÕES	6
1.4 REGISTRO DE CÓPIAS DISTRIBUÍDAS	7
1.5 INSTRUÇÕES PARA USO DO PLANO.....	8
1.6 INSTRUÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PLANO.....	8
2. FINALIDADE.....	9
3. SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS	9
3.1 SITUAÇÃO	11
3.2 CENÁRIOS DE RISCO	12
3.3 PRESSUPOSTOS DO PLANEJAMENTO.....	12
4. OPERAÇÕES.....	13
4.1 CRITÉRIOS E AUTORIDADE	13
4.1.1 Ativação do Plano	13
4.1.2 Desmobilização	14
4.2 FASES	15
4.2.1 Pré-Desastre	16
4.2.2 Desastre	18
4.2.3 Reabilitação de Cenários.....	26
4.3 ATRIBUIÇÕES.....	26
4.3.1 Atribuições Gerais.....	26
4.3.2 Atribuições Específicas.....	27
5. COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE	27
5.1 Estrutura Organizacional de Resposta	27
5.1.1 Comando.....	27
5.1.2 Assessoria do Comando.....	28
5.1.3 Seções Principais.....	28
5.2 Organograma	31
5.3 Protocolo de Coordenação.....	32



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

6- CONTIGÊNCIAS ESPECÍFICAS:	34
7. ANEXOS	40
ANEXO 1- RECURSOS HUMANOS	40
ANEXO 2- RECURSOS MATERIAIS	40
ANEXO 3- MAPEAMENTO DE RISCOS	40
ANEXO 4- ATRIBUIÇÕES.....	40
ANEXO 5- MAPAS MUNICIPAIS	40
ANEXO 6-SISTEMA DE ALERTA E ALARME E PONTOS DE APOIO	40
ANEXO 7- DISTRIBUIÇÃO DAS NUDECS E SEUS PONTOS DE APOIO	40
ANEXO 8- DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO COM RESPONSÁVEIS	40
ANEXO 9- DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE COM RESPONSÁVEIS	40
ANEXO 10- MAPEAMENTO DA COBERTURA VIA RÁDIO	40
ANEXO 11- PMRR.....	40
ANEXO 12- MAPEAMENTOS DRM – ÁREAS DE RISCO	40
ANEXO 13- MAPEAMENTO SMDC –ÁREAS DE RISCO	40

1. INTRODUÇÃO

1.1 DOCUMENTO DE APROVAÇÃO

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil para deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos do município de **TERESÓPOLIS** estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos direta ou indiretamente na resposta a emergências e desastres relacionados a estes eventos naturais.

O presente plano foi elaborado e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil de **TERESÓPOLIS**, identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades previstas neste Plano.

1.2 PÁGINA DE ASSINATURAS

NOME	TÍTULO DA AUTORIDADE	ASSINATURA
VINICIUS CARDOSO CLAUSSEN DA SILVA	Prefeito de Teresópolis	
ALBERT LUCI DE ANDRADE	Secretário Municipal de Defesa Civil	
GABRIEL TINOCO PALATNIC	Procurador Geral do Município	
LUCAS TEIXEIRA MORET PACHECO	Secretário Municipal de Administração	
JOSÉ CARLOS FITA NOGUEIRA	Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	
VINICIUS OBERG GUEDES	Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia	
YÁRA DA ROCHA MEDEIROS	Secretária Municipal de Controle Interno	
CLEONICE JORDÃO REZENDE DO NASCIMENTO	Secretária Municipal de Cultura	
VALDECK ANTÔNIO DO AMARAL	Secretário Municipal de Desenvolvimento Social	
MARGARETH ROSI VEIGA DOS SANTOS RAMOS	Secretária Municipal de Direitos da Mulher	
SATIELE DE SEQUEIRA SANTOS	Secretária Municipal de Educação	
GUSTAVO PEREZ DE ALMEIDA LOPES	Secretário Municipal de Esporte e Lazer	
FABIANO CLAUSSEN LATINI	Secretário Municipal de Fazenda	
GILSON LUIZ BARBOSA	Secretário Municipal de Governo	
FLAVIO LUIZ DE CASTRO JESUS	Secretário Municipal de Meio Ambiente	
RICARDO LUIZ DE BARROS PEREIRA JUNIOR	Secretário Municipal de Obras Públicas	
CARLOS ANTÔNIO MOREIRA REIS	Secretário Municipal de Fiscalização de Obras Públicas	
FABIO CUNHA CARDOSO	Secretário Municipal de Planejamento e Projetos Especiais	
ANTONIO HENRIQUE VASCONCELLOS DA ROSA	Secretário Municipal de Saúde	
MARCOS ANTÔNIO DA LUZ	Secretário Municipal de Segurança Pública	
DAVI RIBEIRO SERAFIM	Secretário Municipal de Serviços Públicos	
LUCAS GUIMARÃES HOMEM	Secretário Municipal de Trabalho, Emprego e Economia Solidária	
LEONARDO DE ARAUJO MANZO FILHO	Ouvidor Geral do Município	
MAURÍCIO AFONSO WEICHERT	Secretário Municipal de Turismo	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

1.3 REGISTRO DE ALTERAÇÕES

DATA	VERSÃO	OBS
31/10/2012	Versão Inicial – v.1	
29/11/2014	Versão v.2	
31/12/2017	Versão v.3	
01/10/2018	Versão v.4	
25/10/2021	Versão v.4.1	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

1.4 REGISTRO DE CÓPIAS DISTRIBUÍDAS

NÚMERO	DATA	ÓRGÃO
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		

1.5 INSTRUÇÕES PARA USO DO PLANO

O presente Plano é estruturado de acordo com os seguintes tópicos: Introdução, Finalidade, Situação e pressupostos, Operações, Atribuição de responsabilidades, Administração e Logística e Anexos.

O Plano foi elaborado para ser aplicado na(s) seguinte(s) área(s) de risco: **Primeiro, Segundo e Terceiro distrito.**

Para sua efetiva aplicação deverão ser utilizadas as instalações e percursos explicitamente considerados no planejamento e seus anexos.

1.6 INSTRUÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PLANO

Para melhoria do Plano de Contingência os órgãos envolvidos na sua elaboração e aplicação deverão realizar exercícios simulados conjuntos todo dia 10 de cada mês com o acionamento do Sistema de Alerta e Alarme e **01 (uma)** vez ao ano com uma localidade específica, sob a coordenação do **Secretário Municipal de Defesa Civil**, emitindo relatório ao final, destacando os pontos do Plano que merecem alteração ou reformulação, as dificuldades encontradas na sua execução e as sugestões de aprimoramento dos procedimentos adotados. Com base nas informações contidas nos relatórios, os órgãos participantes reunir-se-ão para elaborar a revisão do plano, lançando uma nova versão, que deverá ser distribuída aos órgãos de interesse.

2. FINALIDADE

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil - PLANCON para do município de **Teresópolis** estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais, recomendando e padronizando a partir da adesão dos órgãos signatários os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes.

3. SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil - PLANCON para deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos do município de **Teresópolis** foi desenvolvido a partir da análise das avaliações e mapeamentos de risco efetuados e dos cenários de risco identificados como prováveis e relevantes, caracterizados como hipóteses de desastres. Levou ainda em consideração alguns pressupostos para o planejamento, que são premissas adotadas para o Plano e consideradas importantes para sua compreensão e utilização.

MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS DIVIDIDO EM ÁREAS DE RISCO

PRIMEIRO DISTRITO

ÁREA I - PAINEIRA, VILA MUQUI, BARRA DO IMBUI

ÁREA II – FEO, ESPANHOL , GOLF

ÁREA III- CAMPO GRANDE, POSSE , GRANJA FLORESTAL

ÁREA IV – CALEME, PARQUE IMBUI E QUEBRA FRASCOS

ÁREA V – ROSÁRIO, PERPÉTUO, PIMENTEL E JARDIM MEUDOM

ÁREA VI – CÓREIA, MEUDOM E VALE DA REVOLTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

ÁREA VII – FONTE SANTA, QUINTA LEBRÃO E FISCHER

ÁREA VIII- SANTA CECÍLIA, GRANJA GUARANY E BARROSO

ÁREA VIII- JARADIM SERRANO, IUCAS E CORTA VENTO

SEGUNDO DISTRITO

ÁREA I –SANTA RITA, HOLLYDAY, FAZENDA ALPINA E POÇOS DOS PEIXES

ÁREA II – PROVIDÊNCIA, PESSEGUEIROS, CRUZEIRO E VENDA NOVA

ÁREA III – SERRA DO CAPIM, ÁGUA QUENTE E VOLTA DO PEÃO (PARTE)

ÁREA IV – TRÊS CÓREGOS, BIQUINHA E BACIA

TERCEIRO DISTRITO

ÁREA I – ALBUQUERQUE, CANOAS, BOA FÉ, VARGEM GRANDE

ÁREA II – VENDA NOVA, IMBIU, SEBASTIANA E VALE ALPINO

ÁREA III – FRADES, CAMPANHA, BONSUCESSO E VIEIRA

ÁREA IV – SANTA ROSA, INDEPENDENTE DE MOTAS E MOTAS

3.1 SITUAÇÃO

Dados Gerais sobre o município de Teresópolis

Dados Geográficos

- **Localização:** 22° 24' 44" S 42° 57' 66" W
- **Extensão Territorial:** 771 km²
- **Altitude:** 910m
- **População:** 163.805 habitantes (IBGE 2010)
- **Densidade demográfica:** 212,50 hab./km²
- **Data de Fundação:** 06 de Julho de 1891
- **Estado que pertence:** Rio de Janeiro
- **Gentílico:** Teresopolitano
- **Municípios Limítrofes:** **Norte:** São José do Vale do Rio Preto. **Sul:** Cachoeira de Macacu e Guapimirim. **Leste:** Nova Friburgo e Sumidouro. **Oeste:** Petrópolis.
- **Índice Pluviométrico anual:** Muito variável. Maio a outubro entre 20 e 50 mm e de 70 a 210 mm.
- **Vegetação Predominante:** Mata Atlântica
- **Classificação Climática:** Clima de Montanha – Tropical de Altitude (Cwb)
- **Temperatura média anual:** 16°C

3.2 CENÁRIOS DE RISCO

O estudo das áreas de riscos permite a elaboração de bancos de dados e de mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres. Neste contexto a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Meio Ambiente de Teresópolis vem, através dos dados do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR 2007 somente para o primeiro Distrito), levantamento do DRM, do INEA e das vistorias realizadas pela própria Secretaria, procurando gerar o Mapa de Riscos do Município. É certo que após a tragédia de janeiro/2011 e abril/2012, estes dados ainda não estão consolidados visto que os órgãos citados ainda não terminaram suas avaliações, além de parte do quadro formado pelo PMRR estar modificado devido aos efeitos do desastre e pelas constantes avaliações diárias realizadas pela equipe da SMDC.

O Mapa de Riscos orientará as intervenções futuras visto as peculiaridades diversas do primeiro distrito (cujas ameaças são os escorregamentos, desabamentos e enchentes) e nos demais distritos a maior ameaça decorre das inundações devido a elevação dos níveis dos rios. Estes dados também orientarão todas as demais variáveis envolvidas neste Plano, dentre as quais os tipos de sistemas de alerta e alarme poderão ser empregados e a forma de abordar a capacitação da população.

O Mapeamento de Riscos encontra-se registrado no **Anexo 3**.

3.3 PRESSUPOSTOS DO PLANEJAMENTO

Para a utilização deste Plano, admitem-se as seguintes condições e limitações presentes:

- A capacidade de resposta dos órgãos de emergência não sofre alterações significativas nos períodos noturnos, de feriados e de final de semana, enquanto os demais órgãos dependerão de um plano de chamada para sua mobilização nos períodos fora do horário comercial.
- O tempo de mobilização de todos os órgãos envolvidos neste Plano é de no máximo 02 horas, independente do dia da semana e do horário do acionamento.

- O monitoramento deverá ser capaz de estabelecer as condições para um alerta indicando a possibilidade de ocorrências com **no máximo 24 horas** para **deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos**.
- Os sistemas de telefonia celular e rádio comunicação poderão ser afetados pelos eventos descritos nos cenários acidentais.
- Inexiste inicialmente a disponibilidade inicial de recursos financeiros, a partir da decretação de uma situação de crise.

4. OPERAÇÕES

4.1 CRITÉRIOS E AUTORIDADE

4.1.1 Ativação do Plano

4.1.1.1 Critérios

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial, consideradas os pressupostos para decretação inicialmente de Situação de Emergência previsto no S2ID, ou mesmo pela consideração da magnitude do evento.

Quando a precipitação monitorada pelo Centro de Monitoramento da defesa Civil for superior ou igual a **30 mm/h ou 100 mm/24 h**, ou quando o nível dos rios **monitorados** pelo **INEA** e pela **SMDC**, superior ou igual as cotas de transbordamento conforme mostrado em site próprio, gerando Estado de Alerta para ativação do Plano.

4.1.1.2 Autoridade

O Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil poderá ser ativado pelas seguintes autoridades:

- Prefeito Municipal
- Secretário Municipal de Defesa Civil

4.1.1.3 Procedimento

Após a decisão formal de ativar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil as seguintes medidas serão desencadeadas:

A Secretaria Municipal de Defesa Civil ativará o Plano de chamada, o Centro de Comando Operacional e a compilação das informações.

Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da ativação (atenção, alerta, alarme, resposta).

4.1.2 Desmobilização

A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações. Deverá ordenar a transição da reabilitação de cenários para a reconstrução sem que haja interrupção no acesso da população aos serviços essenciais básicos.

4.1.2.1 Critérios

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

Quando a evolução da precipitação após a ativação do plano, monitorada pelo Centro de Monitoramento da Defesa Civil for inferior ou igual a **20 mm/h e inferior a 100 mm/24 h.**

Quando a evolução do nível dos rios **monitorados pelo INEA e pela SMDC** for inferior a **cota de transbordamento**.

Quando os indicadores de retorno a normalidade, bem como o pleno atendimento à população estiverem indicativos de pleno atendimento.

4.1.2.2 Autoridade

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil poderá ser desmobilizado pelas seguintes autoridades:

- Prefeito Municipal
- Secretário Municipal de Defesa Civil

4.1.2.3 Procedimentos

Após a decisão formal de desmobilizar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil as seguintes medidas serão desencadeadas:

Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da desmobilização (total ou retorno a uma situação anterior).

A Secretaria Municipal de Defesa Civil desmobilizará o plano de chamada, o Centro de Comando Operacional e a compilação das informações.

4.2 FASES

A resposta a ocorrências de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos no município de Teresópolis será desenvolvida nas diferentes fases do desastre: No pré-desastre, e no desastre propriamente dito e na desmobilização.

4.2.1 Pré-Desastre

4.2.1.1 Identificação dos Riscos

Realizado através do mapeamento de riscos em parceria com o DRM –Departamento de Recursos Minerais, pelo mapeamento existente no Plano Municipal de Redução de Riscos e atualizado com as intervenções diárias das equipes de vistoria. Executado pela administração da Secretaria com dois engenheiros civis, um geólogo e quatro técnicos de segurança do trabalho, admitindo-se a participação de especialistas e voluntários credenciados pela SMDC.

4.2.1.2 Monitoramento

Realizado pela equipe de monitoramento que se reveza numa equipe de escala de 24X72 horas na Sala de Monitoramento que acompanha as informações dos órgãos externos de monitoramento. Em situações de chuvas, é feito o acompanhamento da evolução através dos índices pluviométricos e análise de radares e informações do CPTEC/INPE. Existe também as informações oriundas do CEMADEN/BR e CEMADEN/RJ que são consideradas.

4.2.1.3 Alerta

Através do monitoramento das informações de órgãos externos, pelas informações de radares, das comunidades, imprensa e da Internet. Executado pela equipe de monitoramento na sala de Monitoramento. Quando a precipitação monitorada pelo Centro de Monitoramento da Defesa Civil for superior ou igual a **30 mm/h ou 100 mm/24 h**, ou quando o nível dos rios **monitorados pelo INEA e pela SMDC**, superior ou igual as **cotas de transbordamento conforme mostrado em site próprio, gerando Estado de Alerta para ativação do Plano**. Também existe a possibilidade de ocorrências pontuais que justifiquem o presente estado de alerta.

Níveis de Alerta e Alarme

Os sistemas de alerta e alarme disponíveis, em muitas situações, possibilitarão que as organizações se preparem, antecipadamente, para a resposta às emergências, em obediência aos seguintes níveis de alerta:

Alerta Nível 1- SOBREAVISO

Situação na qual a organização fica prevenida da possibilidade de ser chamada para o desempenho das atribuições constantes do planejamento. Todas as providências de ordem preventiva, relativas ao pessoal e ao material, e impostas pelas circunstâncias decorrentes da situação, são tomadas pelas diversas chefias, logo que a organização receba a ordem de SOBREAVISO. Permanecem nas organizações os efetivos necessários para a adoção das medidas iniciais, tomadores de decisão e executores.

Alerta Nível 2 – PRONTIDÃO

Situação na qual a organização fica preparada para sair da sua base tão logo receba para desempenhar as atribuições constantes no planejamento.

Alerta Nível 3 – ORDEM DE DESLOCAMENTO

Situação na qual a organização fica apta a se deslocar ou acionar, com todos os recursos necessários ao desempenho de suas atribuições.

4.2.1.4 Alarme

Quando é atingido os índices críticos de precipitação pluviométrica e elevação dos níveis de rios, através do sistema de alerta e alarme, ou em ocorrências pontuais que justifiquem em virtude de sua magnitude.

4.2.1.5 Acionamento dos Recursos

Solicitado pelo Secretário Municipal de Defesa Civil, utilizando os levantamentos constantes no Anexo I e II.

4.2.1.6 Mobilização e Deslocamento dos Recursos

Dependendo do nível de mobilização, é executado diretamente pelo Secretário Municipal de Defesa Civil ou pelo Centro Integrado de Comando e Controle Operacional (CICOp), utilizando os recursos dos Anexos I e II, e quando necessário recursos do Estado, União e particulares.

4.2.2 Desastre

4.2.2.1 Fase Inicial

4.2.2.1.1 Dimensionamento do Evento e da Necessidade de Recursos

(Avaliação de danos)

Estrutura e Organização do Plano na Resposta aos Desastres

1 - Introdução

Para a perfeita delineação das ações do presente Plano na fase de Resposta, torna-se necessário conhecermos alguns aspectos sobre os desastres e sua intensidade. A intensidade dos desastres pode ser definida em termos absolutos ou a partir da proporção entre as necessidades de recursos e as possibilidades dos meios disponíveis na área afetada, para dar resposta cabal ao problema.

Quanto à intensidade, os desastres são classificados em:

- acidentes;
- desastres de médio porte;

- desastres de grande porte;
- desastres de muito grande porte.

2 - Critérios de Classificação dos Desastres

a) Acidentes

Os acidentes são caracterizados quando os danos e prejuízos consequentes são de pouca importância para a coletividade como um todo, já que, na visão individual das vítimas, qualquer desastre é de extrema importância e gravidade.

b) Desastres de Médio Porte

Os desastres de médio porte são caracterizados quando os danos e prejuízos, embora importantes, podem ser recuperados com os recursos disponíveis na própria área sinistrada.

c) Desastres de Grande Porte

Os desastres de grande porte exigem o reforço dos recursos disponíveis na área sinistrada, através do aporte de recursos regionais, estaduais e, até mesmo, federais. Este foi o caso do mega-desastre ocorrido em nosso município em janeiro de 2011.

d) Desastres de Muito Grande Porte

Os desastres de muito grande porte, para garantir uma resposta eficiente e pronta recuperação, exigem a intervenção coordenada dos três níveis do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC - e, até mesmo, de ajuda externa.

3 - Importância do Assunto

O estudo da intensidade dos desastres é extremamente importante para facilitar o planejamento da resposta e da recuperação da área atingida. A dosagem dos meios a serem utilizados é diretamente proporcional à intensidade dos danos e prejuízos provocados pelos mesmos.

De uma maneira geral, são decretados pelo Poder Público:

- as situações de emergência, nos casos de desastres de grande porte;

- os estados de calamidade pública, nos casos de desastres de muito grande porte.

De acordo com a intensidade dos desastres é possível desenvolver alguns aspectos por intermédio dos seguintes componentes: Classificação das Emergências e Níveis de Alerta.

4- Classificações das Emergências

Classificação das possíveis emergências em função da área geográfica afetada, a vulnerabilidade da população, a governabilidade e funcionamento do município, os recursos e o tempo exigidos para o seu controle e as suas possibilidades de evolução.

As classificações das emergências buscam orientar a primeira resposta facilitando a pronta intervenção das organizações integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil. Por meio de uma escala crescente de quatro níveis define-se a magnitude e a complexidade da emergência em curso.

A- Emergência Nível 1

Eventos ou incidentes frequentes, que tenha **IMPACTO SIGNIFICATIVO**, especialmente pontuais, sem possibilidade de evolução ou desencadeamento de riscos associados. **NÃO** afetam a rotina da Cidade. São atendidos por uma ou mais organizações, as quais possuem autonomia técnica, operacional e recursos necessários para seu controle e finalização. O período operacional é muito curto, geralmente com intervalo máximo de 04 (quatro) horas. Estes tipos de emergência, normalmente, despertam pouco interesse dos meios de comunicação e **NÃO** demandam a intervenção direta de um Centro Integrado de Comando Operacional (CICOp).

B- Emergência Nível 2

Eventos ou incidentes pouco frequentes, que tenham **IMPACTO IMPORTANTE** sobre uma área geográfica da cidade. Afetam um número significativo de pessoas, podem evoluir e gerar riscos associados.

A resposta a este tipo de emergência se dá por diferentes órgãos operacionais do sistema. O período operacional é de médio prazo, entre 02 a 48 horas.

Ativa-se o Centro Integrado de Comando Operacional com vistas à coordenação das ações de resposta. A coordenação ficará a cargo do Secretário de Defesa Civil.

Observação: Em casos onde haja impacto sobre a governabilidade, a coordenação das ações de resposta será exercida pelo Prefeito da Cidade de Teresópolis.

C- Emergência Nível 03

Eventos ou incidentes de pouca frequência, que tenham **IMPACTO MUITO IMPORTANTE** sobre o município, ocasionando um efeito sobre a percepção social de todos os habitantes. Especialmente pode afetar uma ou mais áreas de planejamento da Cidade. Usualmente, afeta um número vultoso de famílias (mais de uma dezena) e inclui vítimas (fatais e /ou parciais). Podem evoluir e gerar riscos associados. Na resposta a este tipo de emergência participam todas as organizações integrantes do Sistema. A capacidade técnica logística dos órgãos de resposta é suficiente, ainda que, dependendo da natureza do evento, seja necessário requerer assistência técnica especializada ou suporte logístico adicional em nível estadual ou federal. O período operacional é superior a 48 horas. Este tipo de emergência implicará em noticiário a nível nacional e até mesmo internacional.

A coordenação do Centro Integrado de Comando Operacional será exercida, diretamente pelo Prefeito e seu secretariado. Nesse caso, pode ser necessária a participação do Governo Estadual e Federal.

D- Emergência Nível 04

Eventos extremos, por exemplo, chuvas com alta intensidade pluviométrica, vendaval, etc, que tem **IMPACTO GENERALIZADO** sobre todo o município, como também em municípios limítrofes, afetando sua funcionalidade, ocasionando um elevado número de vítimas (fatais e/ou parciais), causando prejuízos econômicos e sociais sobre a economia da Cidade e dos Estado. Gera eventos associados e o controle da situação é de alta complexidade. Nesses casos,

nas primeiras 24 horas, podem ocorrer problemas de governabilidade em algumas áreas de planejamento da cidade.

A coordenação do Centro Integrado de Comando Operacional será exercida, diretamente, pelo Prefeito da Cidade e todo seu secretariado. Será necessária a participação do Governo Estadual e provavelmente o Governo Federal.

OBS: Foi citado nesta fase de estudo o Centro Integrado de Comando e Operações (CICOp), que é uma proposta do presente Plano, que em tese será o local onde se propõe administrar o evento e onde estarão os personagens designados para tal fim. Neste local serão realizadas as reuniões de trabalho e de onde sairão as decisões operacionais. Para tal fim, torna-se necessário o mobiliário, material de informática, câmeras, pessoal dedicado, cópia do presente Plano, mapeamentos, entre outros. A proposta atual é que este Centro seja ativado na sede da Defesa Civil Municipal que possui instalações para tal fim. A implantação do CICOp agrega um sistema de monitoramento, sala para reuniões, sala de imprensa e de gerenciamento de crises.

4.2.2.1.2 Instalação do Sistema de Comando

Em emergências de nível 2, 3 e 4.

4.2.2.1.3 Organização da Área Afetada

Caberá ao órgão de proteção e defesa civil municipal a organização da cena, ativando preliminarmente as áreas para:

- Posto de Comando;
- Área de espera;
- Áreas de evacuação;
- Rotas de fuga;
- Pontos de encontro;
- Abrigos;

Em emergências de nível 2,3 e 4, sempre com orientação do CICOp e com recursos

iniciais do pessoal da Secretaria Municipal de Defesa Civil.

4.2.2.1.4 Procedimentos administrativos e legais decorrentes da situação de anormalidade (Decretação de S.E ou E.C.P e elaboração dos documentos)

De acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 24 DE AGOSTO DE 2012, do Ministério da Integração Nacional que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências.

4.2.2.1.5 Consolidação do Primeiro Relatório

Através de prescrições previstas no S2ID em formulário próprio e realizado pela Secretaria Municipal de Defesa Civil, após as ações iniciais de socorros a população.

4.2.2.2 Resposta

A coordenação da resposta na fase do desastre será realizada pelo órgão de Defesa Civil Municipal.

4.2.2.2.1 Ações de Socorro

4.2.2.2.1.1 Busca e salvamento

Realizado pelas equipes do CBMERJ e pela equipe de plantão da Defesa Civil com apoio de voluntários.



4.2.2.2.1.2 Primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar

Realizado pelas equipes do CBMERJ e pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2.2.2.1.3 Atendimento médico e cirúrgico de urgência

Realizado pelas equipes do CBMERJ e pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2.2.2.1.4 Evacuação

Nas situações de acionamento do sistema de alerta e alarme e feito inicialmente com os agentes dos Núcleos de Defesa Civil e posteriormente com auxílio da Defesa Civil e CBMERJ.

4.2.2.2.2 Assistência às Vítimas

4.2.2.2.2.1 Cadastramento

Realizado pelos agentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social acompanhados de agentes da Defesa Civil.

4.2.2.2.2.2 Abrigo

Realizado pelos agentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social acompanhados de agentes da Defesa Civil, após 72 horas de ativação dos pontos de apoio.

4.2.2.2.2.3 Recebimento, organização e distribuição de doações

Realizado por agentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social acompanhados de agentes da Defesa Civil, sempre que ativados pelo CICOp.



4.2.2.2.4 Manejo de mortos

Realizado quando da existência de mortos, recolhidos pelo CBMERJ e entregues à Polícia Civil.

4.2.2.2.5 Atendimento aos grupos com necessidades especiais (crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência física, etc...)

Realizado pelos agentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria de Saúde, acompanhados de agentes da Defesa Civil.

4.2.2.2.3 Mobilização adicional de recursos

Realizado quando cessada a capacidade de resposta do Município, sob orientação do CICOp.

4.2.2.2.4 Solicitação de recursos de outros municípios e do nível estadual ou federal

Realizado quando cessada a capacidade de resposta do Município, sob orientação do CICOp.

4.2.2.2.5 Suporte às operações de resposta

Feita sob orientação do CICOp conforme necessidades operacionais.

4.2.2.2.6 Atendimento ao cidadão e à imprensa (informações sobre os danos, desaparecidos, etc.)

Realizado na sala de comando do CICOP, pelo setor de Informações.

4.2.3 Reabilitação de Cenários

4.2.3.1 Recuperação da infraestrutura

Imediatamente após a ocorrência do desastre e feita inicialmente pelas equipes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de acordo com a mobilização dos recursos disponíveis nos ANEXOS I e II.

4.2.3.2 Restabelecimento dos serviços essenciais

Imediatamente após a ocorrência do desastre e feita inicialmente pelas equipes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de acordo com a mobilização dos recursos disponíveis nos ANEXOS I e II.

4.3 ATRIBUIÇÕES

4.3.1 Atribuições Gerais

São responsabilidades gerais dos órgãos envolvidos no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil:

- Manter um plano de chamada atualizado do pessoal de seu órgão com responsabilidade pela implementação do plano;
- Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados necessários para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão na implementação do plano;
- Preparar e implementar os convênios e termos de cooperação necessários para a participação de seu órgão na implementação do plano;
- Identificar e suprir as necessidades de comunicação para a realização das tarefas atribuídas aos seu órgão na implementação do plano;
- Identificar fontes de equipamento e recursos adicionais para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão na implementação do plano;

- Prover meios para a garantia da continuidade das operações de seu órgão, incluindo o revezamento dos responsáveis por posições chave;
- Identificar e prover medidas de segurança para as pessoas designadas para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão na implementação do plano.

4.2.2 Atribuições Específicas

De acordo com o Anexo 4

5. COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE

A coordenação das operações previstas no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil utilizará o modelo estabelecido pelo Sistema de Comando em Operações, o CICOp .

5.1 Estrutura Organizacional de Resposta

5.1.1 Comando

O Comando será unificado através do CICOp, com representantes dos seguintes órgãos e instituições:

Prefeito de Teresópolis assessorado pelo Secretário Municipal de Defesa Civil (Comando).

Comandante do 16º GBM

Comandante 30º BPM

Secretários Municipais

Representantes Estaduais e Federais

Representantes da Sociedade

5.1.2 Assessoria do Comando

A assessoria do comando será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador de Ligações: **Ouvidor Geral**
- Coordenador de Segurança: **Secretário de Segurança Pública.**
- Coordenador de Informações ao Público: **Assessoria de Imprensa**
- Coordenador da Secretaria: **Secretário de Administração**

5.1.3 Seções Principais

As seções principais serão integradas, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador de planejamento: **Secretário de Planejamento**
- Coordenador de operações: **Subsecretário de Defesa Civil**
- Coordenador de logística: **Secretário de Fiscalização de Obras**
- Coordenador de Finanças: **Secretário de Fazenda**

5.1.3.1 Seção de planejamento

A estrutura de planejamento será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador da unidade de situação: **Funcionário da Secretaria de Planejamento**
- Coordenador da unidade de recursos: **Funcionário da Secretaria de Planejamento**
- Coordenador da unidade de documentação: **Funcionário da Secretaria de Planejamento**
- Coordenador da unidade de especialistas: **Funcionário da Secretaria de Planejamento**
- Coordenador da subseção de decretação: **Funcionário da Secretaria de Defesa Civil**

5.1.3.2 Seção de operações

A estrutura da seção de operações será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Encarregado da área de espera: **Funcionário da Secretaria de Defesa Civil**
- Coordenador de operações aéreas: **Funcionário da Secretaria de Defesa Civil**
- Coordenador da subseção de socorro: **Funcionário da Secretaria de Defesa Civil**
- Coordenador da subseção de assistência: **Funcionário da Secretaria de Defesa Civil**
- Coordenador da subseção de reabilitação: **Funcionário da Secretaria de Defesa Civil**

5.1.3.3 Seção de logística

A estrutura da seção de logística será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador da subseção de suporte: **Funcionário da Secretaria de Obras**
- Coordenador da unidade de suprimentos: **Funcionário da Secretaria de Obras**
- Coordenador da unidade de instalações: **Funcionário da Secretaria de Obras**
- Coordenador da unidade de apoio operacional: **Funcionário da Secretaria de Obras**
- Coordenador da subseção de serviços: **Funcionário da Secretaria de Obras**
- Coordenador da unidade de alimentação: **Funcionário da Secretaria de Obras**
- Coordenador da unidade de médica: **Funcionário da Secretaria de Saúde**
- Coordenador da unidade de comunicação: **Funcionário da Secretaria de Obras**



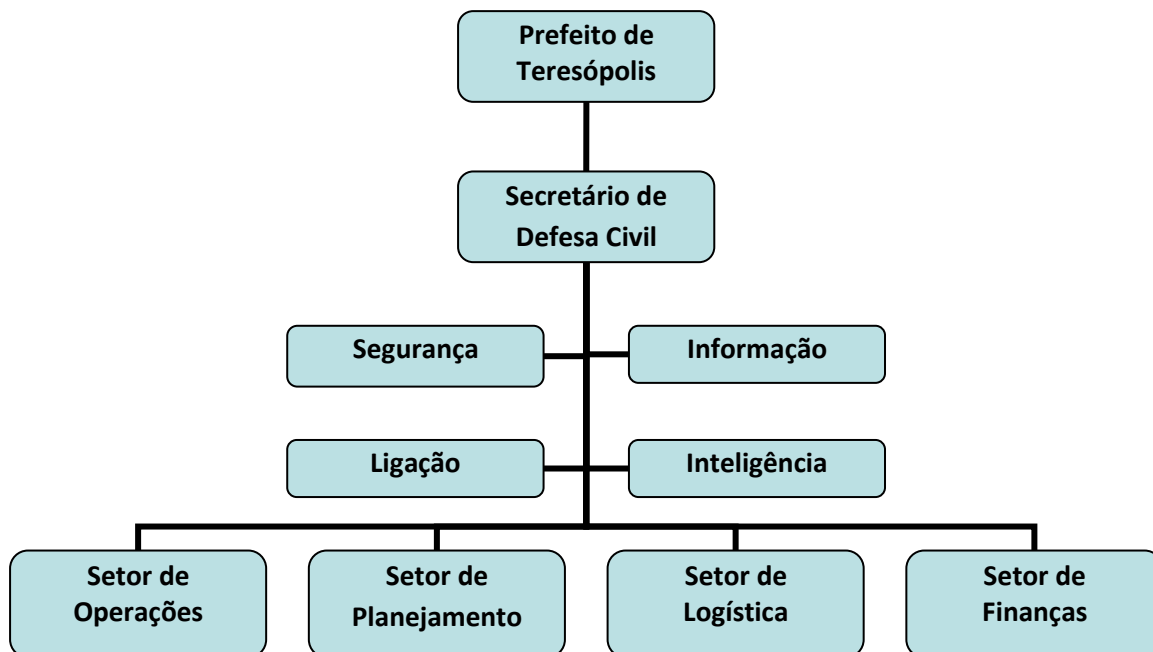
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

5.1.3.4 Seção de finanças

A estrutura da seção de finanças será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador da unidade de emprego de recursos: **Funcionário da Secretaria de Fazenda**
- Coordenador da unidade de compras e contratações: **Funcionário da Secretaria de Fazenda**
- Coordenador da unidade de custos: **Funcionário da Secretaria de Fazenda**
- Coordenador da unidade de indenizações: **Funcionário da Secretaria de Fazenda**

5.2 Organograma



5.3 Protocolo de Coordenação

Esta estrutura de comando tem espaço físico no Centro Integrado de Controle Operacional (CICOOp) e é o local onde serão tomadas as decisões estratégicas, táticas e operacionais para a administração das emergências. É ativado nas emergências complexas a partir do nível 2.

O Centro de Operações do CICOOp funcionará 24 h por dia, previsto com as seguintes organizações:

- Defesa Civil Municipal;
- CBMERJ;
- GM;
- PMERJ;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Será desenvolvido e implementado um sistema de informações que integre e administre os dados gerados pelas diferentes instituições que compõem o Sistema de Defesa Civil, para embasar a tomada de decisões e a administração das emergências de maneira dinâmica e em tempo real.

Toda vez que o CICOOp for ativado será deslocada uma unidade de coordenação avançada para atuar diretamente na zona de impacto.

O CICOOp coordenará e dará diretrizes para o desenvolvimento de cada uma das unidades de coordenação avançada.

Estas unidades constituem a célula básica de comando, coordenação e tomada de decisões táticas e operacionais para a administração das emergências. Em geral em cada zona de impacto deverá operar uma unidade.

A unidade de coordenação avançada será coordenada pelo comandante do incidente.

Na emergência de Nível 1 o comandante do incidente será membro de uma das instituições de resposta, seguindo a sua própria hierarquia.

Nas emergências de Nível 2 até 4, a unidade de comando avançada na zona de impacto cumprirá os protocolos do SCI.

Ao ser acionado o CICOp, imediatamente cabe ao comando:

☐ Avaliar a situação preliminarmente e implementar as ações voltadas para segurança da operação e obtenção de informações, levando em consideração os procedimentos padronizados e planos existentes;

☐ Instalar formalmente o CICOp e assumir formalmente a sua coordenação (via rádio, telefone, e-mail ou pessoalmente com as equipes envolvidas).

☐ Estabelecer um Posto de Coordenação e comunicar aos recursos e superiores envolvidos sobre sua localização.

☐ Estabelecer uma área de espera e designar um encarregado, comunicando aos recursos a caminho sobre o local.

☐ Verificar a aplicação do Plano de Contingência, implementando ações e levando em consideração:

- Cenário identificado.
- Prioridades a serem preservadas.
- Metas a serem alcançadas.
- Recursos a serem utilizados (quem, o quê, onde quando, como e com que recursos). o Organograma modular, flexível, porém claro.
- Canais de comunicação.
- Período Operacional (Horário de Início e Término).
- Verificar a necessidade de implementar instalações e definir áreas de trabalho.
- Verificar a necessidade de implementar funções do CICOp para melhorar o gerenciamento.

- Iniciar o controle da operação no posto de comando, registrando as informações que chegam e saem do comando.
- Considerar a transferência do comando ou instalação do comando unificado, se necessário.
- Realizar uma avaliação da situação, verificando se as ações realizadas e em curso serão suficientes para lidar com a situação e, se necessário, iniciar a fase seguinte, elaborando um novo Plano de Ação antes do fim do período operacional que estabeleceu.

6- CONTIGÊNCIAS ESPECÍFICAS:

I – RISCO: DESLIZAMENTOS DE GRANDE IMPACTO

LOCAIS – Perpétuo, Rosário, Santa Cecília, Morro do Tiro, Feo, Bairro dos Funcionários, Vila Muqui, Pimentel, Espanhol, Meudon, Jardim Meudon, Vale da Revolta, Coréia, Fisher, Granja Florestal, Salaco, Corta Vento, Granja Guarani, Quinta Lebrão, Fonte Santa, Álvaro Paná, Jardim Serrano.

Obs. Estes locais foram apontados de acordo com o histórico de desastres em Teresópolis, com o Plano Municipal para Redução de Desastres, além de estudos realizados pelo DRM e vistorias locais pela SMDC.

DESCRIÇÃO - As regiões citadas são densamente habitadas e caracterizadas por topografia acidentada. Na parte alta, localizam-se áreas de ocupações irregulares, e, nas áreas baixas, edificações às margens de rios. Em sua maioria, os imóveis apresentam baixos padrões construtivos e estruturas inadequadas aos seus locais de implantações, desprovidos de sistemas de captação de águas pluviais ou de elementos de estabilizações dos taludes de cortes.

As características geológicas adversas, o processo de urbanização e a ocupação do solo, além das alterações físicas e naturais, indicam haver uma condição suscetível a movimentos de massa, principalmente quando há o incremento das precipitações hídricas.

FATORES CONTRIBUINTES - O município de Teresópolis, nas últimas décadas, vem sofrendo uma intensa expansão urbana, sem um planejamento adequado do uso do solo. A ocupação desordenada nas áreas de encosta da cidade, com construções de edificações sem acompanhamento técnico especializado, associada à falta de percepção de risco da população e à condição social existente, é uma realidade que potencializa o grau de risco em relação aos eventos de movimentos gravitacionais de massa, enchentes e inundações. Comumente, são observados cortes nos taludes/encostas, desmatamentos, implantação irregular de instalações hidro-sanitárias, despejo de esgoto em fossas ou sumidouros, além da falta de canalização da água servida e despejo inadequado do lixo. As intervenções citadas causam a desestabilizações das encostas e criam cenários de grande vulnerabilidade para a população local.

Para se evitar a evolução deste quadro, a equipe técnica da SMDC, ao verificar novas construções/invasões/ampliações, comunica de imediato a Secretaria Municipal de Planejamento para a adoção das medidas previstas no Código de Obras do Município.

EVOLUÇÃO E POSSIBILIDADE DE MONITORAMENTO E ALERTA - A Secretaria de Municipal Defesa Civil, através do Setor de Monitoramento, fará o monitoramento e acompanhamento para a emissão dos níveis de ALERTA e ALERTA MÁXIMO, além de contato direto com as lideranças comunitárias, imprensa e divulgação no blog e *Facebook* da Defesa Civil, bem como da emissão de SMS à população.

II – RISCO: INUNDAÇÕES - Centro, Caxangá, Araras, Beira-Rio, Tijuca, Bom Retiro, Várzea, São Pedro, Extensão da Rua Tenente Luiz Meireles, Barra do Imbuí, Venda Nova, Vargem Grande, Três Córregos, Cruzeiro, Vieira.

DESCRIÇÃO - Os principais rios de escoamentos e drenagens de Teresópolis, considerando suas extensões e volumes, são: Paquequer, Rio Preto, Bengala, Meudon, Príncipe, Imbuí, Fisher, Cruzeiro, Ribeirão Santa Rita, Quebra Frascos.

Ações antrópicas, tais como o desmatamento, o manejo inadequado da terra, a ocupação desordenada do solo e das encostas, os despejos in natura de efluentes domésticos e industriais e as extrações descontroladas de areia em cavas e diretamente nas calhas, contribuíram para elevar consideravelmente a produção de sedimentos e acelerar o assoreamento dos cursos de água afluentes.

MONITORAMENTO E ALERTA - O monitoramento dos rios em Teresópolis é realizado pelo INEA, através das suas estações hidrológicas localizadas nos bairros Caleme, Caxangá, Posse, Quebra-Frascos, Quinta Lebrão/Fonte Santa, Várzea/São Pedro. Pela SMDC são monitorados os rios Cruzeiro e Paquequer, nos Bairros de Cruzeiro e Três Córregos.

III- RISCO: ALAGAMENTOS

LOCAIS - Centro, Caxangá, Araras, Beira-Rio, Tijuca, Várzea, São Pedro, Extensão da Rua Tenente Luiz Meireles, Bom Retiro, Barra do Imbui, Venda Nova, Vargem Grande, Três Córregos, Cruzeiro, Vieira, Poço dos Peixes.

DESCRIÇÃO - O município, por apresentar um relevo acidentado, encravado em vales de águas (talvegues) e com diversos pontos de elevação (morros), torna-se propício a concentrar pontos que recebem as águas que descem desses morros formando enxurradas, vindo a se acumular nas partes mais baixas.

FATORES CONTRIBUINTES - Além do sistema de escoamento e micro-drenagem ser prejudicado com o aumento populacional, percebe-se também que em determinadas áreas, como, por exemplo, algumas ruas nos bairros de São Pedro, Várzea, Centro, Araras, Beira-Rio, há formação de pequenas bacias que criam condição de vulnerabilidade para a ocorrência dos alagamentos, agravada em função da proximidade com áreas de aclave acentuado, acarretando o recebimento das águas que descem das encostas.

MONITORAMENTO E ALERTA - A Defesa Civil adotará o mapeamento territorial das áreas alagáveis para auxiliar nas ações operacionais, proporcionando avisos à população vulnerável a esse risco, inclusive com alertas a Guarda Municipal para ordenamento e interrupção do trânsito nestas áreas.

IV – RISCO: DESLOCAMENTO DE BLOCOS ROCHOSOS

LOCAIS – Perpétuo, Rosário, Vila Muqui, Pimentel, Meudon, Jardim Meudon, Vale da Revolta, Granja Florestal, Salaco, Granja Guarani, Quinta Lebrão.

Obs. Estes locais foram apontados de acordo com o histórico de desastres em Teresópolis, com o Plano Municipal para Redução de Desastres, além de estudos realizados pelo DRM e vistorias locais pela SMDC.

DESCRIÇÃO - As regiões citadas são densamente habitadas e caracterizadas por topografia acidentada, onde se destacam formações rochosas que podem se deslocar para atingir extensas áreas de ocupações irregulares. As mais críticas são os Bairro Rosário, Pimentel e Perpétuo com as mesmas características. Em sua maioria, os imóveis apresentam baixos padrões construtivos e estruturas inadequadas aos seus locais de implantações, desprovidos de sistemas de captação de águas pluviais ou de elementos de estabilizações dos taludes de cortes.

As características geológicas adversas, o processo de urbanização e a ocupação do solo, além das alterações físicas e naturais, indicam haver uma condição suscetível a movimentos de massa, principalmente quando há o incremento das precipitações hídricas.

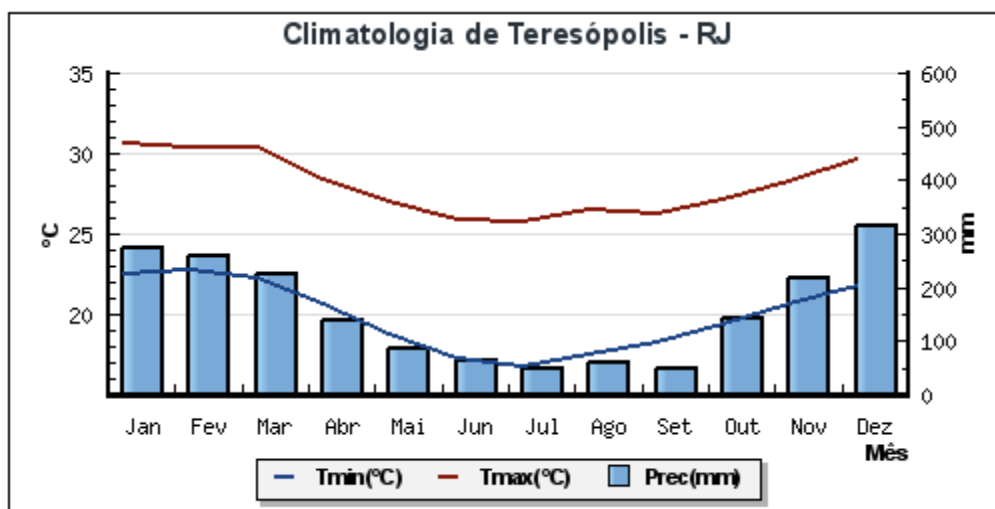
FATORES CONTRIBUINTES - O município de Teresópolis, nas últimas décadas, vem sofrendo uma intensa expansão urbana, sem um planejamento adequado do uso do solo. A ocupação desordenada nas áreas de encosta da cidade, com construções de edificações sem acompanhamento técnico especializado, associada à falta de percepção de risco da população e à condição social existente, é uma realidade que potencializa o grau de risco em relação aos eventos de movimentos gravitacionais de massa. Para se evitar a evolução deste quadro, a equipe técnica da SMDC, ao verificar novas construções/invasões/ampliações, comunica de imediato a Secretaria Municipal de Planejamento para a adoção das medidas previstas no Código de Obras do Município.

Na maioria destas comunidades, existe o sistema de alerta e alarme, onde a população se desloca aos pontos de apoio em caso de emergências.

EVOLUÇÃO E POSSIBILIDADE DE MONITORAMENTO E ALERTA - A Secretaria de Municipal Defesa Civil, através do Setor de Monitoramento, fará o monitoramento e acompanhamento para a emissão dos níveis de ALERTA e ALERTA MÁXIMO, além de contato direto com as lideranças comunitárias, imprensa e divulgação no blog e Facebook da Defesa Civil, bem como da emissão de SMS à população.

V – RISCO: CHUVAS CONVECTIVAS LOCAIS-

DESCRIÇÃO – Estudos referentes as precipitações em Teresópolis mostram em termos mensais, o inverno, parte da primavera e do outono (maio a setembro) configuram os meses mais secos apontando uma sazonalidade contrastante com os meses do verão (principalmente dezembro e janeiro que tem os índices pluviométricos mais elevados). Estes aspectos, aliados a ocupação humana desordenada, geram condições críticas frente a ocorrência de fortes chuvas convectivas, gerando alagamentos, enchentes e movimentações de massa.



LOCAIS DE ALAGAMENTOS - Centro, Caxangá, Araras, Beira-Rio, Tijuca, Várzea, São Pedro, Extensão da Rua Tenente Luiz Meireles, Bom Retiro, Barra do Imbui, Venda Nova, Vargem Grande, Três Córregos, Vale do Paraíso, Cruzeiro, Vieira, Poço dos Peixes.

LOCAIS DE INUNDAÇÕES - Centro, Caxangá, Araras, Beira-Rio, Tijuca, Bom Retiro, Várzea, São Pedro, Extensão da Rua Tenente Luiz Meireles, Barra do Imbui, Venda Nova, Vargem Grande, Três Córregos, Cruzeiro, Vieira.

LOCAIS DE DESLOCAMENTO DE BLOCOS ROCHOSOS– Perpétuo, Rosário, Vila Muqui, Pimentel, Meudon, Jardim Meudon, Vale da Revolta, Granja Florestal, Salaco, Granja Guarani, Quinta Lebrão.

LOCAIS DE DESLIZAMENTOS DE GRANDE IMPACTO– Perpétuo, Rosário, Santa Cecília, Morro do Tiro, Feo, Bairro dos Funcionários, Vila Muqui, Pimentel, Espanhol, Meudon, Jardim Meudon, Vale da Revolta, Coréia, Fisher, Granja Florestal, Salaco, Corta Vento, Granja Guarani, Quinta Lebrão, Fonte Santa, Álvaro Paná, Jardim Serrano.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

MONITORAMENTO E ALERTA - O monitoramento dos índices pluviométricos em Teresópolis é realizado pelo INEA, através das suas estações hidrológicas/pluviométricas localizadas nos bairros Caleme, Caxangá, Posse, Quebra-Frascos, Quinta Lebrão/Fonte Santa, Várzea/São Pedro. Também são monitorados pelo CEMADEN/RJ e CEMADEN/BR, bem como estações do INMET.

FATORES CONTRIBUINTES - Além do sistema de escoamento e micro-drenagem ser prejudicado com o aumento populacional, percebe-se também que em determinadas áreas, como, por exemplo, algumas ruas nos bairros de São Pedro, Várzea, Centro, Araras, Beira-Rio, há formação de pequenas bacias que criam condição de vulnerabilidade para a ocorrência dos alagamentos, agravada em função da proximidade com áreas de aclive acentuado, acarretando o recebimento das águas que descem das encostas.

MONITORAMENTO E ALERTA - A Defesa Civil através do Centro de Monitoramento acompanhará a evolução dos índices pluviométricos, além de analisar as imagens de radares e satélites para auxiliar nas ações operacionais, e observando condições críticas, emitindo alertas e avisos de chuva.

7. ANEXOS

ANEXO 1- RECURSOS HUMANOS

ANEXO 2- RECURSOS MATERIAIS

ANEXO 3- MAPEAMENTO DE RISCOS

ANEXO 4- ATRIBUIÇÕES

ANEXO 5- MAPAS MUNICIPAIS

ANEXO 6-SISTEMA DE ALERTA E ALARME E PONTOS DE APOIO

ANEXO 7- DISTRIBUIÇÃO DAS NUDECS E SEUS PONTOS DE APOIO

ANEXO 8- DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO COM RESPONSÁVEIS

ANEXO 9- DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE COM RESPONSÁVEIS

ANEXO 10- MAPEAMENTO DA COBERTURA VIA RÁDIO

ANEXO 11- PMRR

ANEXO 12- MAPEAMENTOS DRM – ÁREAS DE RISCO

ANEXO 13- MAPEAMENTO SMDC –ÁREAS DE RISCO